

## Trabalho social: remediar ou transformar?

A Folha e o Ipea realizaram recentemente um seminário sobre o “Combate à fome e à pobreza”. Na minha participação defendi a importância de associar o trabalho social à avaliação do modelo econômico e à discussão das políticas públicas, especialmente no que tange à elaboração dos orçamentos. Tenho participado e assistido a inúmeros programas e iniciativas na área social por parte de secretarias municipais, estaduais e federais, de organizações e movimentos não governamentais, de empresas e fundações privadas que, graças à enorme dedicação e competência dos seus dirigentes e colaboradores, conseguem ajudar milhões de brasileiros carentes a sobreviver e a se integrar à sociedade. No caso do Brasil, país de enormes carências, este trabalho possui um imenso mérito, mas penso que chegou o momento deste movimento dar um salto qualitativo. É hora de promover uma ampla reflexão sobre as causas da pobreza e das desigualdades para poder entender melhor o processo que desgraça tantos brasileiros e conseqüentemente conseguir agir, não apenas sobre os efeitos da pobreza, mas sobre suas causas. Não adianta enxugar o chão com grande dedicação se não levantarmos a cabeça e perceber que o teto está furado e que, se não o consertarmos, não conseguiremos dar conta da quantidade crescente de água que está entrando. As entidades sociais que o digam sentindo que, cada vez mais, mesmo ampliando seu atendimento, não conseguem dar conta da demanda. Parece que estão enxugando o gelo.

O Brasil, adotou nos últimos anos um modelo econômico com determinadas características. Abriu suas fronteiras de forma precipitada e indiscriminada o que causou o fechamento de várias empresas nacionais, a venda de empresas brasileiras para empresas estrangeiras ou a transformação de produtores em importadores. Privatizou várias empresas estatais, muitas delas para empresas estrangeiras ou estatais estrangeiras. Ancorou a nossa moeda ao dólar numa paridade muito baixa o que, associado à grande abertura das importações, fez a nossa balança comercial se tornar deficitária. Para cobrir o déficit das contas externas (principalmente devido ao déficit da balança comercial, pagamentos da crescente dívida externa, aumento dos royalties e lucros que as empresas estrangeiras remetem para suas matrizes) o governo continuou a vender suas empresas, teve que contrair mais dívidas e aumentar a taxa de juros para atrair investidores. O aumento da dívida e da taxa de juros aumenta as despesas do governo o que o obriga a aumentar impostos, se endividar ainda mais para cobrir os

encargos da dívida e manter a taxa de juros alta para atrair os investidores cada vez mais receosos com o tamanho crescente da nossa dívida. É o caso de uma empresa que gasta mais do que vende. Ao invés de tentar reduzir seus gastos e aumentar suas vendas ela cobre seu déficit vendendo seus ativos e contraindo dívidas. Uma hora o patrimônio acaba e os credores não querem aumentar os empréstimos para não ultrapassar o limite do risco. É aí que a empresa vai à falência (é o que aconteceu com a Argentina). É por isso que se fala cada vez mais do risco Brasil

Vejamos o que este modelo econômico produziu no Brasil nos últimos 8 anos: a carga tributária passou de 25% para 33% do PIB, a dívida externa passou de US\$160 bilhões para US\$226 bilhões e a dívida interna de R\$72 bilhões para R\$680 bilhões, a despesa de juros do governo passou de R\$ 32 bilhões para R\$80 bilhões (8% do PIB ou 20,5% do gasto público total). Aumento de impostos e alta taxa de juros, somados à abertura indiscriminada da economia provocam baixo crescimento econômico e desemprego. O PIB cresceu em média de 2,3% ao ano, o desemprego oficial passou de 5,1% para 7,5% e a renda média do trabalhador caiu 10%. Os trabalhadores com carteira assinada passaram de 49,2% para 44,9%. A conta de juros passou a representar uma fatia cada vez maior do orçamento, diminuindo a capacidade do governo de oferecer serviços públicos de qualidade para a população mais pobre que os usa. Os ricos ficam com serviços privados de melhor qualidade e não é por acaso que a distribuição de renda não melhora. Desemprego, baixa renda, péssima distribuição de renda e falta de recursos públicos de segurança são um caldo perfeito para a violência. O número de assassinatos cresceu 29% (48% entre os jovens) e de seqüestros disparou. 94% dos seqüestradores são de baixa renda e 90% estão desempregados (Folha-2/6/02)

É bom saber que este não é o único modelo econômico possível. Por exemplo vários países, entre eles todos os países desenvolvidos, privilegiam a produção e o emprego protegendo e subsidiando as empresas e os mercados locais, mantêm taxas de juros baixos, incentivam as pequenas e médias empresas, promoveram há muito tempo a reforma agrária e destinam os recursos públicos prioritariamente à população de baixa renda com serviços de saúde, educação e transporte de qualidade. Na busca de oportunidades nestes países, 1,340 milhão de jovens saíram nos últimos anos do Brasil.

Além de avaliar o modelo econômico todo o movimento social, público e privado deveria participar ativamente na elaboração e acompanhar a execução dos orçamentos

públicos. É lá que são decididas as políticas e principalmente as prioridades. É a peça mais importante de qualquer organização e que infelizmente no Brasil fica na maioria das vezes a mercê de interesses de poderosos grupos privados e políticos que nada têm a ver com interesses públicos. A ausência do movimento social neste debate é mais uma razão que faz com que o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social e a promoção de serviços públicos de qualidade não sejam prioritárias na elaboração e execução das peças orçamentárias (apenas 19% do orçamento social é destinado aos 20% mais pobres da população).

Passar a debater e influir no modelo econômico e nos orçamentos públicos farão o movimento social passar do papel de quem tenta remediar a pobreza para quem promove mudanças nas estruturas que sustentam o modelo de exclusão social no Brasil. Dom Helder Câmara sempre dizia: “Quando falo da pobreza me chamam de santo mas quando falo das causas da pobreza me chamam de comunista”. É uma árdua e difícil tarefa que exige um aprofundamento em assuntos geralmente áridos para quem lida com as questões sociais, perseverança e coragem de enfrentar incompreensões, críticas, resistências e enormes interesses. Mas os resultados podem ser muito gratificantes para quem consegue dar este salto qualitativo e sobretudo para toda a sociedade brasileira.

Oded Grjew